

A MODALIZAÇÃO, A MODALIDADE E A NOVA RETÓRICA NOS PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO: POR UMA ANÁLISE TEXTUAL-RETÓRICO-DISCURSIVA

Jailson Almeida CONCEIÇÃO¹
Adriana Maria FONTENELE²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar os efeitos de sentido construídos por elementos de modalização, modalizadores e elementos retóricos, desvelando a posição assumida pelo sujeito-autor, que, neste caso, é o presidente Jair Messias Bolsonaro (doravante JMB) nos discursos por ele proferidos, a fim de persuadir os interlocutores sobre os usos de medicamentos “preventivos” para a COVID-19. Quanto à metodologia, utilizamos a abordagem qualitativa a partir de um paradigma interpretativista. Nessa direção, o *corpus* da pesquisa foi composto por três pronunciamentos transmitidos em cadeia nacional de rádio e televisão e publicados no *site* oficial do governo federal nas datas 24/03/20, 31/03/20 e 08/04/20. Para tanto, utilizamos os pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Textual e da Nova Retórica e, para tal empreendimento, ancoramo-nos em Bakhtin (1997, 2016), Marcuschi (2008), Koch (2002, 2003), Coutinho (2004), Paiva (2007), Pires (2005) Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) Castilho e Castilho (1996), Nascimento (2010, 2006, 2017), Santos (2012) e Pessoa (2007). As análises revelaram que as estratégias utilizadas pelo locutor indicaram a intencionalidade de um regime de pós-verdade, engendrado por uma atmosfera de horror e morte, cujo posicionamento também fica evidente a forma jocosa com que JMB lida com a crise sanitária do/no país.

Palavras-chave: discurso; modalidade; modalização; pandemia; retórica.

Abstract: This work has as objective to analyze the effects of meaning built by the modalization, modalizers and rhetorical elements, unveiling the position taken by the subject-author, whom, in this case, is the president Jair Messias Bolsonaro (JMB) in his speeches in order to persuade interlocutors about the uses of ‘preventive’ medications for COVID-19 and everything that comes from there. As for the methodology, it was used a qualitative approach from an interpretive paradigm. In this sense, the corpus of the research consisted of three statements broadcast on national radio and television channels and published on the official website of the federal government on the dates 03/24/20, 03/31/20 and 04/08/20. For that, it was used the theoretical-methodological assumptions of Textual Linguistics and New Rhetoric and, for such undertaking, it was anchored in Bakhtin (1997, 2016), Marcuschi (2008), Koch (2002, 2003), Coutinho (2004), Paiva (2007), Pires (2005) Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996), Castilho and Castilho (1996), Nascimento (2010, 2006, 2017), Santos (2012) and Pessoa (2007). The analyzes revealed that the strategies used by the speaker indicated the intentionality of a post-truth regime, engendered by an atmosphere of horror and death, whose position is also evident in the jocular way in which JMB deals with the health crisis of/in the country.

Keywords: speech; modality; modalization; pandemic; rhetoric.

¹ Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Professor Adjunto II da Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba/PI. E-mail: almeidajai@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1938-4388>.

² Licenciada em Letras/Português pela Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba/PI. E-mail: adriana1062432@gmail.com.

Introdução

Buscamos, no interior deste trabalho, identificar e analisar os arranjos retórico-discursivos responsáveis pelos movimentos de efeitos de sentido que se inscrevem nas porções textuais coletadas nos pronunciamentos realizados por JMB. Como sabemos, os estudos acerca do fenômeno de modalização e modalidade bem como sobre a nova retórica têm sido de suma importância para o desenvolvimento de novas pesquisas que visam a compreender o funcionamento da linguagem, e evidenciar o quanto o discurso persuasivo é capaz de desvelar muitas intencionalidades. Com base nestes estudos, é possível analisar a forma como são engendrados os sentidos e compreendê-los nos deslizamentos de intencionalidades, sentimentos e atitudes do locutor sobre suas posições axiológicas do seu dizer, como ele imprime suas marcas de subjetividade nos enunciados e como essa visada argumentativa acontece.

Nessa linha de pensamento, precisamos levar em conta a esfera social e o espaço em que circulam os mais variados gêneros discursivos³, pois são eles que condicionam a atividade enunciativa e muito se tem observado, através de análises aplicadas sob o prisma das teorias supracitadas, que os gêneros possuem subjetividades e por assim se caracterizarem, faz-se necessário que o interlocutor os conceba como dispositivos de interação social, pois, por meio deles, o locutor age e induz o outro pela legitimação de poder, acesso e controle do que diz, sobre o que diz e como diz.

Dentre os vários gêneros discursivos que fazem parte da esfera social, elegemos o pronunciamento presidencial/parlamentar para compor o *corpus* da nossa pesquisa, pelo fato de esse gênero possuir poucas abordagens assim como ser configurado como prática discursiva. Esse tipo de gênero permite a constituição de um dizer, não dito ou dito de outra maneira, presentificando, assim, o exercício de poder, uma vez que os atores sociais, especialmente no campo político, falam e delegam decisões que definem o futuro do país, pronunciam-se sobre assuntos de diversas vertentes e, para tanto, lançam mão do expediente retórico e persuasivo.

Nessa perspectiva, privilegamos, neste texto, um trabalho com a língua/linguagem, na perspectiva textual-retórico-discursiva, ancorado nos pressupostos teóricos da Linguística Textual e da Nova Retórica postulada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996). Nessa direção, o objetivo principal deste texto é analisar os efeitos de sentido construídos pelas estratégias argumentativas e da modalização, desvelando a posição assumida pelo sujeito-autor, o presidente Jair Messias Bolsonaro (JMB), quando tenta persuadir os interlocutores sobre os usos de medicamentos “preventivos” contra a COVID-19 e todo desdobramento a partir disso.

Sendo assim, o *corpus* da pesquisa é composto por três Pronunciamentos de JMB que foram transmitidos em cadeia nacional de rádio e televisão cujos discursos também foram publicados no *site* oficial do governo federal nas seguintes datas: 24/03/20, 31/03/20 e 08/04/20. Como é do conhecimento daqueles que se dedicam ao estudo desse tipo de gênero discursivo, o Pronunciamento é primeiramente discutido entre a cúpula governamental e escrito pelos assessores para só então ser lido. Por essa razão, não se trata de um discurso de improviso, mas estruturado com intencionalidades variadas para o fim a que ele se destina.

³ Para este trabalho, preferimos a adoção do termo gênero discursivo de linha bakhtiniana e não as outras nomenclaturas como gêneros textuais, gêneros textuais-discursivos ou simplesmente gênero, por exemplo, bastante difundidos na literatura e por alguns autores.

Reflexões sobre texto e discurso: traçando o percurso conceitual

Como sabemos, a língua é evolui, historicamente, na comunicação humana verbal concreta, em que sua verdadeira substância se constitui no fenômeno social de interação entre os falantes. Essa nova forma de conceber a língua surgiu a partir de meados do século XX, com o advento da chamada “virada pragmática”, que, segundo Marcuschi (2008), passou a adotar uma perspectiva de análise com maior enfoque nos usos e funcionamentos da língua em situações concretas, e não mais com dedicação à análise a aspectos formais do texto. Dessa maneira, as mudanças, no campo de análise da Linguística Textual, vieram as novas concepções de texto e gênero discursivo que ajudaram a sedimentar as bases teórico-metodológicas segundo as quais se assentam os estudos atuais. Corroborando com essa assertiva, Marcuschi assim se expressa:

O texto pode ser tido como um tecido estruturado, uma entidade significativa, uma entidade de comunicação e um artefato sócio-histórico. De certo modo, pode-se afirmar que o texto é uma (re)construção do mundo e não uma simples refração ou reflexo (MARCUSCHI, 2008, p. 72).

Conforme verificamos na citação acima, para Marcuschi (2008), o texto não é meramente um artefato linguístico, mas, sim, um evento que acontece na forma de linguagem em contextos comunicativos. O autor ainda afirma que o texto é construído na perspectiva da enunciação, ou seja, do modo como o discurso é dito, produzido. Por seu turno, Koch (2003) apresenta uma concepção de texto semelhante à defendida por Marcuschi quando a linguista também assevera a função sociointerativa exercida pelo texto. Segundo a autora, os textos resultam da atividade verbal de indivíduos socialmente ativos, que coordenam suas ações verbais no intuito de alcançar um fim social, adequando-as de acordo com a situação comunicacional em que se encontram.

Quanto ao discurso, Marcuschi (2008) afirma que muitos autores defendem a ideia de que não se deve fazer uma distinção rigorosa entre o discurso e texto, pois uma das tendências atuais é estabelecer um contínuo entre ambos, considerando uma espécie de condicionamento mútuo. Bakhtin (2016, p. 28), por outro lado, assegura que o discurso sempre está fundido em “forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso e fora dessa forma não pode existir”. Em concordância com as afirmações feitas anteriormente, Coutinho (2004) declara que:

Uma das tendências atuais é a de não distinguir de forma rígida entre texto e discurso, pois se trata de frisar mais as relações entre ambos e considerá-los como aspectos complementares da atividade enunciativa. Trata-se de ‘reiterar a articulação entre o plano discursivo e textual’, considerando o discurso como o ‘objeto de dizer’ e o texto como o ‘objeto de figura’ (COUTINHO *apud* MARCUSCHI, 2008, p. 81).

Considerando as ilações acima, podemos afirmar que o discurso ocorre no plano do dizer e que sua construção linguística está atrelada ao contexto sócio-histórico no qual o texto é produzido. Assim sendo, inferimos que as ideologias presentes em um discurso são diretamente direcionadas pelo contexto político-social em que vive o sujeito discursivo.

Nessa perspectiva, Bakhtin (1997) declara que todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem e é perfeitamente compreensivo o caráter tão multiforme desses usos, uma vez que se alinham às necessidades de comunicação dos falantes. Podemos afirmar, portanto, que emprego das estruturas linguísticas acontece no contexto de interação entre os usuários da língua e essa interação não ocorre por um mero acaso, mas pela inegável necessidade que os sujeitos possuem de comunicar-se.

De acordo com o que observamos, para Bakhtin (1997, p. 280), o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados orais e escritos, sendo eles os únicos e concretos e continua: “O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma das esferas da atividade humana, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, [...], mas também, e sobretudo, por sua construção composicional.”

Em relação à divisão feita por Bakhtin (2016), é salutar destacar que o autor não tem a pretensão de estabelecer uma categorização dos gêneros ou uma classificação, porquanto, se assim o fizesse, estaria exercendo uma prática reducionista. Para Bakhtin (2016), os gêneros discursivos estão implicados com as condições sócio-históricas que as engendraram.

Gênero discursivo Pronunciamento: alguns alinhamentos

Ao fazermos sistematização do discurso político como prática discursiva inserida na realidade social, reconhecemos que sua tessitura está submetida não somente às escolhas do orador, mas também às funções sociais da língua. Nessa direção, Paiva (2007) admite que o pronunciamento parlamentar está inscrito na categoria dos gêneros discursivos, pois coaduna com o que Bakhtin (2016) chama de estilos linguísticos ou funcionais. O primeiro autor continua defendendo ainda que:

A proposta que ora se apresenta de enquadramento do discurso parlamentar como gênero discursivo indica-lhe lugar incontroverso como prática discursiva partícipe das práticas sociais [...]. E tal conexão ultrapassa meras questões formais para repercutir na prática social, se consideradas as circunstâncias de interação que o discurso parlamentar medeia (PAIVA, 2007, p. 113).

De acordo com Piris (2005), o surgimento do gênero discursivo parlamentar se confunde com a própria invenção da política que surgiu na Grécia antiga como forma de mediação entre conflitos que existiam à época entre as classes sociais envolvidas na disputa pelo poder. Surge, a partir de então, o espaço público em que os cidadãos defendiam seus interesses e tomavam decisões consensualmente. No decorrer da história, instaura-se o regime político, momento em que a vontade da maioria decidia os rumos a serem tomados, e o Rei tinha que utilizar o poder das palavras para persuadir o povo.

As condições de produção dos discursos proferidos pelas figuras políticas refletiam em seus enunciados. Sobre esse aspecto, assim assevera Piris:

Instaurava-se, portanto, o regime político, em que o debate e a expressão pública da vontade da maioria estabeleciam o consenso, condicionando o sucesso da política à argúcia da palavra. No interior da atividade política, estabeleceu-se uma série de convenções sociais que instituíram a própria atividade e seus dispositivos de linguagem (PIRIS, 2005, p. 776).

Conforme Piris (2005, p. 27), a “estabilização desses enunciados instituiu o gênero discursivo que agora denominamos pronunciamento parlamentar”. Nessa perspectiva, podemos citar como principais características desse gênero: formalidade, polidez e orientação fortemente argumentativas. Além disso, Piris (2005) esclarece que as condições de produção dos discursos proferidos pelas figuras políticas refletiam em seus enunciados. Ainda segundo o autor: “A estabilização desses enunciados instituiu o gênero discursivo que agora denominamos pronunciamento parlamentar” (PIRIS, 2005, p. 727). Segundo o autor, são as principais características desse gênero: formalidade, polidez e orientação fortemente argumentativas. Corroborando com as ideias do autor, Paiva (2007) diz que os pronunciamentos, que ocorrem no âmbito parlamentar, apresentam-se como pertencentes a um gênero discursivo que objetiva persuadir o ouvinte.

Para Paiva (2007), os pronunciamentos, que ocorrem no âmbito parlamentar, apresentam-se como um gênero discursivo que objetiva persuadir o ouvinte e, por conseguinte, está sedimentado pelas disputas de poder, buscar adesão dos interlocutores pelo caráter ideológico a ele inerente.

O gênero discursivo pronunciamento reveste-se de uma prática discursiva e retórica, considerando-o como um instrumento de exercício de poder, controle e acesso, pois nossos representantes políticos discursivizam e delegam decisões que definem o futuro do país. Por meio desse gênero, emerge a conexão entre a linguagem e a vida social. Assim sendo, o uso das estruturas linguísticas acontece no contexto interacional entre a língua e as implicações sociodiscursivas pertinentes no tensionamento entre mudanças discursivas e sociais.

O gênero discursivo pronunciamento possui grande importância como prática discursiva, considerando que ele é um instrumento de exercício de poder. Assim, através dele, nossos representantes políticos falam e delegam decisões que definem o futuro do país pelo expediente retórico e persuasivo. Esse gênero emerge da conexão entre a linguagem e a vida social – como o uso das estruturas linguísticas que acontecem no contexto interacional entre a língua e as implicações sociodiscursivas pertinentes.

As marcas mais evidentes no gênero discursivo pronunciamento são seu papel como dispositivo de poder e seu caráter ideológico. Dessa maneira, as marcas subliminares deslizam sentidos e evocam outras vozes discursivas e movimentam usos de modalização e modalizadores, bem como estratégias retóricas que asseguram a sua eficiência e eficácia no dizer do sujeito enunciadador.

Discurso e argumentação: da história às trilhas dos sentidos

Os estudos da retórica, como uma das artes mais antigas do mundo, receberam uma importante contribuição dos estudos de Aristóteles, que influenciou a evolução da cultura ocidental em seus aspectos estéticos e retóricos, mas não surgiu a partir da teoria do filósofo. Na introdução do livro “Retórica”, Alexandre Júnior (2005, p. 16) revela o seguinte: “A Retórica de Aristóteles não é o produto da mera idealização de princípios nascidos com ele e por ele convencionados para persuadir e convencer outras pessoas. É, sim, o produto consumado da experiência de hábeis oradores”.

Por outro lado, Lima (2011) destaca que os testemunhos de Platão servem como base para a compreensão do fundamento da retórica desenvolvida por Tísias (semelhante à de Córax) que se constituía na procura do verossímil, o que mais tarde também viria a ser teorizado por Aristóteles. Outro siciliano que teve grande destaque no desenvolvimento dos estudos retóricos foi Górgias. Alexandre Júnior (2005, p. 20) afirma que: “Com Górgias valorizou-se na retórica uma nova perspectiva de natureza paradigmática, valorizaram-se o estilo e a composição que têm a ver com a *elocutio*”.

Segundo o autor, Górgias é um dos mais célebres entre os estudiosos que seguiram a vertente retórica e seus estudos permitiram que outros olhares fossem decisivos para ampliar do escopo da retórica clássica.

Para Reboul (2004 *apud* LIMA, 2011), os gregos foram os inventores da técnica retórica, visto que possuíam uma forma diferente de ensinamento, independentemente dos conteúdos e habilitava o orador a defender qualquer causa ou tese. Assim sendo, a retórica nasce a partir da necessidade jurídica, estando intimamente interligada à questão política e tornou-se um instrumento indispensável para participação da vida pública nas cidades democráticas.

Aristóteles (2005) explica ainda que a retórica não pertence a nenhum gênero particular e definido, mas possui semelhanças à dialética. Para o autor, a função principal da retórica não é simplesmente persuadir, mas, sim, discernir os melhores caminhos para se alcançar a persuasão mais pertinente a cada caso. O filósofo considerava a retórica como uma arte diferente de todas as outras, porquanto, como ele declarava, ela não se limita a uma área específica; pelo contrário, possui a faculdade de desvendar artifícios sobre qualquer questão proposta.

Para Aristóteles, os meios artísticos pelos quais ocorrem a persuasão são três: os derivados do caráter do orador (*ethos*); os decorrentes da emoção despertada pelo orador nos ouvintes (*pathos*); e os que derivam de argumentos verdadeiros ou prováveis pela lógica (*logos*). Na primeira parte de “Retórica”, Aristóteles (2005) esclarece como ocorre cada uma dessas provas de persuasão fornecidas pelo discurso. O filósofo explica que se tenta persuadir pelo caráter de orador (*ethos*) quando o discurso é enunciado de tal modo que deixa a impressão de o orador ser digno de confiança. Já a persuasão, pela disposição dos ouvintes (*pathos*), ocorre quando orador tem a astúcia de levar os ouvintes a sentirem emoção por meio do discurso, influenciando, assim, nos juízos que serão emitidos ao público. Por último, a persuasão, pelo próprio discurso (*logos*), permite que o sujeito demonstre a verdade ou pelo menos convença que está sendo verdadeiro. Ainda sobre a tríade argumentativa, o filósofo faz as seguintes considerações:

Ora, como as provas por persuasão se obtêm por estes três meios, é evidente que deles se pode servir quem for capaz de formar silogismos, e puder teorizar sobre os caracteres, sobre as virtudes e, terceiro lugar, sobre as paixões (o que cada uma das paixões é, quais as suas qualidades, que origem têm e como se produzem). De sorte que a retórica é como que um rebento da dialética e daquele saber prático sobre os caracteres a que é justo chamar política (ARISTÓTELES, 2005, p. 97).

Como é possível verificar na citação acima, Aristóteles (2005) completa a tríade propondo que o bom orador deve saber conhecer as paixões inerentes ao ser humano, a fim de, na condição de retor, operar sobre os sentimentos de seus ouvintes, para, de tal modo, conduzi-los de acordo com o encaminhamento do próprio discurso persuasivo. Podemos, então, afirmar que o filósofo faz uma combinação ideal entre arte, ética, e orientação das paixões humanas, com o intuito de identificar e orientar quais as medidas ideais de cada um desses sentimentos para que haja um arranjo equilibrado e efetivo, no qual o orador possa exercer a persuasão nas várias ocasiões que a sociedade o impõe.

Por outro lado, a perspectiva de gênero para Bakhtin (2003, p. 283) assenta-se na premissa segundo a qual os gêneros do discurso resultam em formas-padrão “relativamente estáveis” de um enunciado, determinadas sócio-historicamente e se refere ao que nos comunicamos, falamos e escrevemos através desse gênero.

A Nova Retórica e as técnicas argumentativas

A Nova Retórica, desenvolvida por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (1996), teve seu marco inicial em 1958. Na obra em questão, os autores assumem o compromisso de estruturar a retórica como uma teoria da argumentação, excedendo os limites do formalismo lógico, a fim de inserir os juízos de valor no âmbito do racional. Ao mesmo tempo, descobrir a quais tipos de argumentos as pessoas de fato aderem e como corre o processo de aceitação por parte do auditório para atingir um dos principais objetivos dessa teoria, que é o de ampliar os horizontes da racionalidade.

Como podemos constatar, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) acreditavam no poder da razão humana e defendiam que se ela for aliada à busca eficiente pela verdade, pode tornar mais razoável a organização das relações humanas. Contudo, a Nova Retórica mantém um afastamento dos estudos psicológicos e sociológicos, pois não pretende a compreensão do processo argumentativo pelo viés do assentimento mental, nem pelas questões sociais. Nesse sentido, Alves (2009, p. 05) explica que: “a Nova Retórica volta-se mais para a dimensão lógica, ou seja, para o estudo de todos os meios de prova e a preocupação com a força, a intensidade e a solidez de um argumento”.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) esclarecem que, no processo argumentativo, quando o orador se propõe a conquistar a adesão do auditório, ele sempre tem que defender uma tese e deve posicionar-se e tentar convencer seus interlocutores. Nesse prisma, ainda que o orador não tenha plena consciência de suas asserções, ele fará uso de argumentos para conseguir com que seu auditório aceite a tese proposta por meio da ligação e dissociação.

Os autores explicam ainda que os processos de “ligação” e “dissociação” comportam, cada um, uma série de técnicas argumentativas e cada uma delas dispõe de um grupo de argumentos. Nessa perspectiva, a argumentação por ligação se organiza em três técnicas: Argumentos Quase Lógicos, Argumentos Baseados na Estrutura do Real e Argumentos que Fundamentam a Estrutura do Real. Já a quarta técnica argumentativa proposta pelos autores é a argumentação por dissociação de noções.

A argumentação quase-lógica caracteriza-se, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), pelo seu caráter não-formal, bem como pelo grande esforço mental necessário para sua redução ao formal. Os autores ressaltam que, na técnica argumentativa em questão, a forma de apresentação dos argumentos ocorre de maneira mais ou menos explícita, e, além disso: “Ora o orador designará os raciocínios formais aos quais se refere prevalecendo-se do prestígio do pensamento lógico, ora estes constituirão apenas uma trama subjacente” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 220). A argumentação quase-lógica pretende um certo poder de convicção, uma vez que apresenta argumentos análogos ao raciocínio formal, ao pensamento lógico ou matemático.

No que diz a respeito à nomenclatura, os pesquisadores dão a seguinte explicação para o porquê de optarem por designar esses argumentos de quase-lógicos:

Quem submete à análise logo percebe as diferenças entre essas argumentações e as demonstrações formais, pois apenas um esforço de redução ou de precisão, de natureza não-formal, permite dar a tais argumentos uma aparência demonstrativa; é por essa razão que os qualificamos de quase-lógicos (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 219).

À vista disso, as reduções exigidas para submeter a argumentação quase-lógica aos esquemas formais se referem às questões discursivas e às estruturas que correspondem

à relação lógica ou matemática. Por isso, os autores dividem os argumentos quase-lógicos em dois grupos: “os que apelam para estruturas lógicas – contradição, identidade total ou parcial, transitividade; em segundo, os que apelam para as relações matemáticas – relação da parte com o todo, do menor com o maior, relação de frequência” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 220).

Além da divisão entre os argumentos ligados a estruturas lógicas e os que apelam às relações matemáticas, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) ainda subdividem os argumentos quase-lógicos em dez tipos específicos, são eles: incompatibilidade, ridículo, definição, regra de justiça, reciprocidade, transitividade, inclusão das partes no todo, divisão do todo em suas partes, comparação e sacrifício. Em resumo, os argumentos quase-lógicos possuem uma certa força persuasiva, uma vez que prestigiam o pensamento lógico e buscam assemelhar-se aos argumentos formais. Todavia, por não serem totalmente lógicos, dão margem a uma possível refutação.

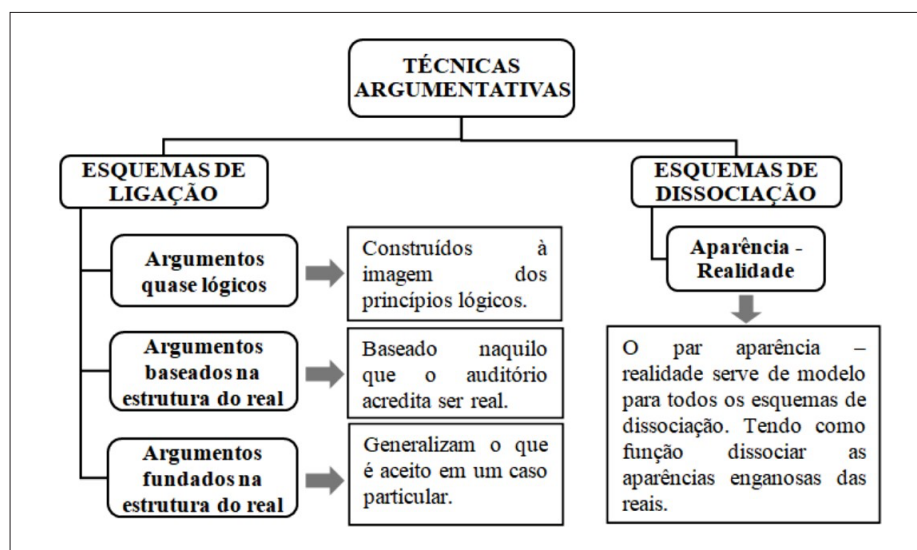
No que se refere às ideias de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) quanto aos argumentos baseados na estrutura do real, os autores valem-se da lógica para estabelecer uma correlação entre os juízos aceitos e outros que pretende promover. Nesse tipo de argumento, são associadas às noções lógicas, apoiando-se nas opiniões que se formam acerca da realidade e que estabelecem uma ligação entre si. Os argumentos baseados na estrutura do real objetivam uma argumentação que possibilite uma transição entre os elementos que constituem a realidade sob a forma de sucessão ou coexistência. Os autores dividem esses argumentos em dois grupos distintos de análise, que são eles:

os argumentos que se aplicam a ligações de sucessão, que unem um fenômeno a suas consequências, ou a suas causas, e os argumentos que se aplicam a ligações de coexistência, que unem uma pessoa a seus atos, um grupo aos indivíduos que dele fazem parte e, em geral, uma essência a suas manifestações (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 298).

Outro argumento que se aplica à ligação de sucessão é o pragmático. Esse tipo de argumento é definido por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 303) da seguinte forma: “denominamos argumento pragmático aquele que permite apreciar um ato ou um acontecimento consoante suas consequências favoráveis ou desfavoráveis”. Podemos, assim, perceber que a orientação argumentativa por ligações de sucessão se realiza na articulação e nas relações de dependência, consequência ou causa entre os elementos que formam o discurso. Enquanto isso, nas ligações de coexistência, são feitas correlações entre uma essência e suas manifestações.

No terceiro conjunto de técnicas argumentativas postuladas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), destacamos os argumentos que fundamentam a estrutura do real. Nessa técnica, o orador procura estabelecer aquilo que ele defende ser a realidade constituída através da generalização. Os autores dividem esses argumentos em dois grupos: o fundamento pelo caso particular e o raciocínio por analogia. A respeito disso, os pesquisadores pontuam o seguinte: “este pode desempenhar papéis muito variados: como exemplo, permitirá uma generalização; como ilustração, esteará uma regularidade já estabelecida; como modelo, incentivará a imitação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 399). Eis, na Figura 1, o resumo das técnicas argumentativas:

Figura 1 - Organização geral dos grupos de técnicas argumentativas



Fonte: SOUSA e MALHEIRO (p. 7, 2019).

À vista do exposto, podemos afirmar que o sistema retórico aristotélico começou a ser encarado como uma técnica que vai além de um simples recurso de persuasão pelo discurso. Ela passou a ser estudada como uma arte que procura o meio de persuasão disponível, configurando-se como um recurso indispensável para as sociedades democráticas no mundo de incertezas e de conflitos ideológicos. Já a Nova Retórica propõe uma concepção de racionalidade e rejeita os absolutismos de qualquer espécie. Assim, para compreendermos as relações que podem ser estabelecidas entre as técnicas argumentativas e os modalizadores, percebemos que, no plano linguístico-discursivo, existem os efeitos de sentidos produzidos por ele na tentativa de persuadir o interlocutor.

Modalização, modalizadores e modalidade no plano semântico-textual

Dadas as concepções das técnicas argumentativas, passaremos agora a compreendermos a modalidade, modalização e modalizadores que são investigações no âmbito da linguagem. Segundo Koch (2002), modalizadores são: “todos os elementos linguísticos diretamente ligados ao evento de produção do enunciado e que funcionam como indicadores das intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso” (KOCH, 2002, p. 136). Nessa direção, Neves (2006) afirma que os modalizadores “são usados na interação verbal, em princípio, para exprimir o ponto de vista do enunciador” (*apud* CORBARI, 2008, p. 10).

Para Castilho e Castilho (1996), os modalizadores exercem a função de verbalizar a atitude do falante em respeito à proposição e, segundo Nascimento (2010), os modalizadores são elementos linguísticos que materializam a modalização. À vista disso, é possível argumentar que os modalizadores expõem um maior ou menor grau de engajamento por parte falante com relação ao conteúdo proposicional por ele veiculado e apontam as conclusões pretendidas pelo falante ao utilizar-se das estratégias argumentativas.

Com relação aos tipos de modalizadores, Castilho e Castilho (1996) os agrupam em três tipos diferentes de modalização: modalização epistêmica, deôntica e afetiva. Sobre a epistêmica, os pesquisadores apontam que ela ocorre quando o locutor demonstra

um julgamento sobre o valor de verdade da proposição. Ela é subdividida em três classes: asseverativa, quase-asseverativa e delimitadora. Com relação ao segundo tipo de modalização, a deôntica, Castilho e Castilho (1996, p. 223) afirmam que “Os modalizadores deônticos indicam que o falante considera o conteúdo de P (Proposição) como um estado de coisas que deve, que precisa ocorrer obrigatoriamente”.

A respeito do terceiro tipo de modalização apresentada por Castilho e Castilho (1996, p. 223), a afetiva, os autores a definem da seguinte maneira: “Os modalizadores afetivos verbalizam as reações emotivas do falante em face do conteúdo proposicional, deixando de lado quaisquer considerações de caráter epistêmico ou deôntico”. Nesse contexto, os referidos autores subdividem os modalizadores afetivos em dois tipos: subjetivos e intersubjetivos em que o primeiro corresponde à função emotiva da linguagem, à avaliação subjetiva do enunciador: “felizmente, infelizmente, espantosamente, curiosamente etc” e o segundo liga-se à função metalinguística, compreendendo à relação do enunciador com o enunciatário: “francamente, sinceramente”.

Para Castilho e Castilho (1996), os modalizadores epistêmicos são caracterizados por expressarem uma avaliação sobre o valor de verdade da proposição. Conforme explica Koch (2002, p. 76), “As modalidades epistêmicas referem-se ao eixo das crenças, reportando-se ao conhecimento que temos de um estado de coisa”. Todavia, nesse tipo de modalização, mesmo o locutor emitindo uma avaliação sobre o valor de verdade da proposição, nem sempre haverá um engajamento total por parte do locutor com o conteúdo expresso. Em razão disso, os autores subdividem os modalizadores epistêmicos em três classes distintas, são elas: os asseverativos, os quase-asseverativos e os delimitadores.

Os modalizadores epistêmicos asseverativos são definidos por Castilho e Castilho (1996, p. 222) da seguinte maneira: “Os asseverativos indicam que o falante considera verdadeiro o conteúdo de P, apresentado por ele como uma afirmação ou uma negação que não dão margem a dúvidas, constituindo-se numa necessidade epistêmica”. Esse tipo de modalizador é geralmente selecionado pelo locutor quando ele deseja dar ênfase ao conteúdo proposicional e, ao mesmo tempo, expressar muita adesão por tal conteúdo.

Ainda segundo os linguistas, os asseverativos podem ser representados por um predicado assertivo, tais como: “eu sei (com certeza)”. Os estudiosos identificam ainda mais dois tipos de asseverativos: os afirmativos e os negativos. São exemplos de asseverativos afirmativos: “realmente, naturalmente, obviamente, reconhecidamente, seguramente, fatalmente, inegavelmente, lógico, indiscutivelmente, sem dúvidas, exato, claro, certo, evidentemente, certamente”, entre outras. Já os asseverativos negativos podem ser expressos pelas sentenças: “de jeito nenhum, de forma alguma”, por exemplo.

Sobre os modalizadores epistêmicos quase-asseverativos, (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996) certo, próximo à verdade, como uma hipótese que depende de confirmação, e por isso mesmo ele se furta de toda responsabilidade sobre a verdade ou falsidade da proposição. Através desse tipo de modalizadores, o locutor avalia a proposição como uma possibilidade epistêmica e, por conta disso, acaba ocorrendo uma baixa adesão do falante com respeito ao que está sendo dito. Dessa forma, os modalizadores quase-asseverativos podem ser representados pelos seguintes predicadores: “eu acho, é provável, eu suponho, talvez, possivelmente, provavelmente, eventualmente”.

Quanto aos modalizadores epistêmicos delimitadores, estes atuam estabelecendo os limites dentro dos quais se deve analisar o conteúdo proposicional. Castilho e Castilho (1996, p. 222) esclarecem: “Os delimitadores têm uma força ilocucionária maior que os Asseverativos e os Quase-asseverativos, pois implicam uma negociação entre os

interlocutores, necessária à manutenção do diálogo”. Nesse contexto, os autores identificam, em seus estudos, os seguintes delimitadores: “um tipo de, em princípio, quase, uma espécie de, em geral, fundamentalmente, basicamente, praticamente, geograficamente, historicamente, profissionalmente, pessoalmente”. Em contrapartida, Santos (2012) explica que os delimitadores marcam o discurso e garantem seu prosseguimento, uma vez que possibilitam uma negociação entre os interlocutores, direcionando a atenção do interlocutor a um ponto específico.

Conforme Castilho e Castilho (1996), os modalizadores deônticos apontam que o locutor considera o conteúdo da proposição como um mecanismo que deve e que precisa acontecer obrigatoriamente. Os pesquisadores afirmam que o mais importante não é o teor de verdade do conteúdo proposicional, mas, sim, a força com que o falante atua sobre seu interlocutor. Nessa direção, Nascimento (2010) explica que os modalizadores deônticos estão situados no campo da conduta, pois o sujeito apresenta os fatos em conformidade com as normas da sociedade e tais fatos podem ser apresentados como obrigatórios, permitidos como uma possibilidade. Por esse motivo, o autor declara que:

Há nuances na modalização deôntica e essas devem ser consideradas, sobretudo quando se trabalha com língua em uso. Não se deve, portanto, tratar todos como obrigatoriedade, pura e simplesmente. Por essa razão, propomos a seguinte classificação para a modalização deôntica: 1. De obrigatoriedade – quando expressa que o conteúdo da proposição é algo que deve ocorrer obrigatoriamente e que o provável interlocutor deve obedecê-lo; 2. De proibição – quando expressa que o conteúdo da proposição é algo proibido e deve ser considerado como tal pelo provável interlocutor; 3. De possibilidade – quando expressa que o conteúdo da proposição é algo facultativo e/ou quando o interlocutor tem a permissão para exercê-lo ou adotá-lo (NASCIMENTO, 2010, p. 35).

Em conformidade com pensamento defendido por Nascimento (2010) na citação acima, Koch (2002, p. 76) explica que “as modalidades deônticas referem-se ao eixo da conduta, isto é, à linguagem das normas, àquilo que se deve fazer.” Já conforme Lyons (1977), a modalização deôntica possui, basicamente, três características peculiares. A primeira delas é o fato de a preposição não descrever um ato em si mesmo, mas, sim, uma realidade que só será obtida caso esse ato seja realizado em um tempo futuro. A segunda característica se refere à ligação intrínseca que essa modalização possui com a noção de futuro, já que, ao impor algo a alguém, obviamente a execução do ato só poderá ocorrer no futuro próximo ou não. E, finalmente, a terceira característica que está relacionada à “fonte” que é a pessoa ou instituição à qual é atribuído o valor deôntico estabelecido. Sobre essa última característica, Pessoa (2007, p. 62, grifo do autor) assevera que “A instauração de valores deônticos por parte da *fonte* pode partir de princípios morais ou legais ou, ainda, de uma compulsão interna, o que nos leva a considerar que a noção obrigação depende da cultura”.

Já com relação aos meios pelos quais os modalizadores deônticos são expressos nas sentenças, Pessoa (2007, p. 72) destaca os verbos auxiliares: “poder, dever, precisar, necessitar” e plenos: “permitir, obrigar, deixar”; os adjetivos em posição predicativa como: “é preciso, é necessário, é obrigatório”; e os advérbios: “obrigatoriamente e necessariamente”.

Para Nascimento (2006), os modalizadores avaliativos são aqueles que indicam uma avaliação da proposição por parte do falante e permitem que o locutor emita um juízo de valor, ao mesmo tempo que demonstra como quer que sua proposição seja interpretada.

Assim, a modalização avaliativa é capaz de realizar qualquer verificação de caráter epistêmico ou deontico.

Por seu turno, Santos (2012) ratifica a reformulação desenvolvida por Nascimento (2006) quando diz que a nova nomenclatura adotada pelo autor, a avaliativa, é mais adequada para esse tipo de modalização do que o termo afetivo, já que não demonstra apenas os sentimentos do locutor, mas sim uma avaliação e um juízo de valor sobre o conteúdo da proposição.

Dando continuidade aos estudos sobre esse tipo de modalização, Nascimento (2017) subdivide os modalizadores avaliativos em dois tipos: os subjetivos e intersubjetivos. Quanto aos subjetivos, expressam uma dupla predicação, sendo a primeira relacionada ao falante em face da proposição e a segunda sobre a própria proposição por meio de modalizadores como: “espantosamente, surpreendentemente, curiosamente, felizmente e infelizmente”. Além disso, em relação ao segundo tipo, denominados de intersubjetivos, eles expressam uma predicação simples em que o falante assume posicionamento em face de seu interlocutor e podem ser expressos por modalizadores como: “estranhamente, sinceramente, lamentavelmente e francamente”.

No Quadro 1, estão ilustrados os dados sobre os tipos de modalizadores, descrevendo sua definição, subtipos e os efeitos de sentido que provocam nos enunciados. Vejamos:

Quadro 1 – Tipos de Modalizadores

Tipo	Subtipos	Efeitos de Sentido no Enunciado
Epistêmico: expressa uma avaliação sobre o valor de verdade da proposição.	Asseverativa.	Apresenta o conteúdo como algo verdadeiro ou certo.
	Quase-asseverativa.	Apresenta o conteúdo como algo quase certo, próximo à verdade.
	Delimitadora.	Determina os limites sobre os quais se deve considerar o conteúdo do enunciado.
Deontico: expressa uma avaliação sobre o caráter proibitivo, facultativo ou de obrigatoriedade.	De proibição.	Apresenta o conteúdo como algo proibido, que não pode acontecer.
	De possibilidade.	Expõe o conteúdo como algo facultativo ou dá a permissão para que algo aconteça.
	De obrigatoriedade.	Apresenta o conteúdo como algo obrigatório e que precisa acontecer.

Avaliativo: expressam uma avaliação ou um juízo de valor.	Subjetivos.	Expõe uma avaliação e um juízo de valor sobre o conteúdo da proposição.
	Intersubjetivos.	Apresentam uma avaliação por parte do locutor em relação ao interlocutor.

Fonte: Desenvolvido pelos autores, 2021.

A partir do quadro acima, é possível compreendermos os sentidos desses modalizadores que o locutor constrói a partir de um ajuizamento de valor sobre o conteúdo da proposição em relação ao interlocutor. As investigações realizadas sobre os fenômenos da modalidade/modalização/modalizadores têm revelado como essas estratégias argumentativas geram diferentes efeitos de sentido no enunciado e como possibilitam ao locutor não só imprimir seu ponto de vista no discurso pela técnica persuasiva, mas interagir com seu interlocutor, indicando quais reações espera que esse tenha diante daquilo que diz ou escreve.

Procedimentos Metodológicos: um gesto interpretativo

Apresentaremos aqui as técnicas argumentativas, desenvolvidas pela Nova Retórica e da análise dos modalizadores/modalização e nos pronunciamentos do JMB, com o objetivo de comprovarmos que esses recursos linguístico-argumentativos permitem ao locutor não só imprimir seus posicionamentos como também agir sobre seu interlocutor, direcionando-o, assim, a possíveis ações pelo ajuizamento de valores. Para realizarmos a análise teórico-metodológica do gênero Pronunciamento, escolhemos três excertos deles porque atendiam aos critérios já explicitados anteriormente, publicados em 24/03/2020, 31/03/2020 e 08/04/2020 no *site* do governo JMB. Esses Pronunciamentos foram transmitidos em rede nacional de rádio e televisão para todo o país. Como nosso intuito é manter o caráter de fidedignidade do que foi pronunciado pelo presidente, retiramos um excerto correspondente a cada uma das datas elicitadas do *site* oficial do Governo Federal. Como dissemos, a pesquisa tem como metodologia a abordagem qualitativa a partir de um paradigma interpretativista. Vejamos a análise do *corpus*:

Excerto (1) - Primeiro Pronunciamento (24/03/2020): “Desde quando resgatamos nossos irmãos em Wuhan, na China, numa operação coordenada pelos ministérios da Defesa e Relações Exteriores, surgiu para nós o sinal amarelo. Começamos a nos preparar para enfrentar o Coronavírus, pois **sabíamos** que mais cedo ou mais tarde ele chegaria ao Brasil. **Nosso ministro da Saúde reuniu-se com quase todos os secretários de Saúde dos Estados para que o planejamento estratégico de enfrentamento ao vírus fosse construído. E, desde então, o Dr. Henrique Mandetta vem desempenhando um excelente trabalho de esclarecimento e preparação do SUS para atendimento de possíveis vítimas**”.

Na análise dessa primeira passagem, além de identificamos e interpretarmos os efeitos de sentido provocados pelas técnicas argumentativas e os modalizadores/modalização, comprovamos que os argumentos utilizados pelo presidente JMB, a respeito do planejamento estratégico de enfrentamento ao coronavírus

e preparação do Sistema Único de Saúde (SUS) para atendimento das vítimas, são contraditórios, pois não correspondem à realidade vivida pelo país.

Em relação à modalização, o discurso é modalizado pelo verbo **sabíamos**, pelo modalizador delimitador **quase** e pelo adjetivo **excelente**. O verbo **sabíamos** é classificado como um modalizador epistêmico asseverativo. Conforme Castilho e Castilho (1996), esse tipo de modalizador apresenta o conteúdo com feições de verdade e demonstra um alto grau de engajamento por parte do locutor ao conteúdo proposicional. Nesse caso, o efeito de sentido provocado pelo asseverativo **sabíamos** é uma certeza por parte do locutor, pois JMB deixa claro que não tinha dúvidas de que uma hora ou outra a doença chegaria ao Brasil. Também foi identificado, nessa passagem, o modalizador delimitador **quase**. Conforme esse tipo de modalização, percebe-se uma determinação de limites sobre os quais se deve considerar conteúdo do enunciado, no caso, esse modalizador está delimitando que o Ministro da Saúde não conseguiu se reunir com todos os secretários de Saúde dos Estados, mas com **quase** todos.

Outro tipo de modalização identificada, nesse excerto, foi a modalização avaliativa, expressa pelo adjetivo **excelente**. Segundo Nascimento (2006), os modalizadores avaliativos indicam uma avaliação da proposição por parte do falante e permitem que o locutor emita um juízo de valor, ao mesmo tempo que demonstra como quer que sua proposição seja interpretada. Por meio desse adjetivo, o locutor apresenta seu ponto de vista acerca do trabalho que estava sendo realizado pelo então Ministro da Saúde, Dr. Henrique Mandetta. Assim, o presidente passa uma ideia de satisfação e aprovação, ao mesmo tempo que tenta inculcar em seus ouvintes a impressão de que seu governo está executando um trabalho de excelência no enfrentamento à Covid-19 e no cuidado às vítimas da doença.

Já com relação à técnica argumentativa, podemos observar o emprego de argumentos quase-lógicos, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996). Esses argumentos se ancoram numa aparência de logicidade, embora não sejam estritamente lógicos, eles se apresentam de maneira mais ou menos explícita, sendo que ora o enunciador escolhe os raciocínios formais aos quais se refere, privilegiando o pensamento lógico, ora constitui apenas uma trama subjacente. Assim sendo, JMB utiliza-se da aparência de logicidade dos argumentos utilizados para tentar convencer e persuadir os interlocutores a acreditarem que o governo está tomando todas as providências necessárias para combater o Coronavírus e, também, que o SUS estará preparado para receber e tratar todas as pessoas contaminadas pelo vírus. Percebemos que cada um dos argumentos apresenta um princípio lógico como definição, com o intuito de convencer o ouvinte de que o que está sendo dito é realmente verdade. Para a estrutura quase-lógica, podemos perceber nas passagens: “Nosso Ministro da Saúde reuniu-se com **quase** todos os secretários de Saúde dos Estados para o **planejamento estratégico** de enfrentamento ao vírus”. “E, desde então, o Dr. Henrique Mandetta vem desempenhando um **excelente** trabalho de esclarecimento e **preparação do SUS...**” Esses argumentos se ancoram numa aparência de logicidade, embora não sejam estritamente lógicos, pois apresentam contraditórios quando, à época (2020/2021), o descaso sobre o controle da doença foi/é flagrante.

Excerto (2) – Segundo Pronunciamento (31/03/2020): “Mas, o que **tínhamos** que conter naquele momento era o pânico, a histeria e, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa. Assim fizemos, **quase** contra tudo e contra todos. Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. **Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio do grande número de vítimas na Itália.** Um país com grande número de idosos e com um

clima totalmente diferente do nosso. **O cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso País**”.

Nesse segundo excerto, a modalização acontece por meio do modalizador deontico de obrigatoriedade **tínhamos**, pelo modalizador delimitador **quase** e pelo modalizador epistêmico asseverativo **exatamente**. Conforme pontua Nascimento (2010), a modalização deontica está situada no campo da conduta, pois, ao utilizá-la, o sujeito apresenta os fatos em conformidade com as normas da sociedade e, esses fatos, podem ser apresentados como obrigatórios, permitidos ou como uma possibilidade. O modalizador deontico de obrigatoriedade **tínhamos** é escolhido pelo presidente, nesse contexto, com o intuito de convencer os interlocutores/telespectadores a confiarem que o governo reconhece e assume suas obrigações e que vai conseguir conter o pânico e a histeria da população, bem como salvar vidas e evitar o desemprego. Logo, a intenção do locutor é persuadir o público a depositar sua confiança e esperança nele e em seu governo.

É válido aqui ressaltar que as palavras **pânico e histeria** são recorrentes nos pronunciamentos do JMB e, considerando que o significado da palavra pânico, conforme o Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras (2012), é o medo súbito e avassalador, com ou sem motivos, que leva a um comportamento irracional e que pode se propagar numa coletividade; e que o significado de *histeria*, segundo esse mesmo dicionário, é uma **neurose** caracterizada por conflitos psíquicos inconscientes. Podemos, assim, afirmar que o efeito de sentido provocado por essas duas palavras no discurso do presidente é de que o medo que a população está sentindo por conta da pandemia é irracional e neurótico. Com isso, vemos que JMB possui um discurso negacionista e insensível, mesmo diante do grande número de contaminações e mortes provocadas pelo novo Coronavírus⁴.

Já em relação ao modalizador delimitador **quase**, Santos (2012) esclarece que esse tipo de modalização geralmente faz referência a uma restrição, delimita o âmbito da informação e estabelece o limite em que o conteúdo do enunciado pode ser considerado verdadeiro. No caso, o modalizador **quase** está delimitando que não foi contra todos que o presidente teve que ir contra, mas quase todos. Dessa maneira, compreendemos que as medidas desenvolvidas pelo governo de JMB não são apoiadas por uma grande parte da mídia, da população e pelos demais poderes, já que o próprio presidente afirma que teve que ir quase contra tudo e contra todos para implantar essas medidas.

Com relação ao terceiro modalizador utilizado pelo locutor, o asseverativo **exatamente**, Castilho e Castilho (1996) esclarecem que, ao fazer uso do modalizador epistêmico asseverativo, o locutor indica que considera verdadeiro o conteúdo da preposição e, com isso, pretende persuadir os interlocutores a considerarem a afirmação como algo certo, sem margens para dúvidas, constituindo-se numa necessidade epistêmica. Dessa forma, o advérbio **exatamente** demonstra, nesse fragmento, que JMB tem a pretensão de mostrar aos seus interlocutores que tem convicção da veracidade de suas afirmativas, sendo estas, acusações de que a imprensa é a grande responsável pela sensação de pânico que se alastrou pelo país.

Também identificamos, nessa passagem, a técnica argumentativa classificada como argumentos baseados na estrutura do real. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), esse tipo de argumento se fundamenta na ligação que pode ser feita entre o real e os juízos admitidos, ou que se busca admitir, para tanto, utiliza-se, na maioria das vezes,

⁴ Segundo a plataforma *Worldometer*, até 04 de dezembro de 2021, o Brasil teve um total de 615.454 mortes causadas pela COVID-19. Disponível em: <https://www.worldometers.info/coronavirus/country/brazil/>. Acesso em: 4 dez. 2021.

da relação de causa e efeito. Ao analisarmos os argumentos utilizados por JMB, notamos que ele utiliza essa técnica argumentativa estabelecendo uma relação de causalidade e seus desdobramentos que, nesse caso, as notícias vinculadas pela mídia são a causa e sensação de **pânico** e **histeria**. É interessante notar que JMB faz uso das palavras **pânico** e **histeria** para passar a ideia jocosa com o qual lida com a crise sanitária, política e econômica do país. Com isso, o locutor tenta persuadir os interlocutores/telespectadores a pensarem que as notícias vinculadas pela mídia têm mais amedrontado as pessoas do que trazido informações relevantes, para, assim, tentar invalidar o trabalho da grande mídia que se tornou, de certa forma, uma adversária de JMB, já que se opõe ao posicionamento negacionista e eivado de achismo não científico por ele defendido.

Excerto (3) – Terceiro Pronunciamento (08/04/2020): “Contudo, percebe-se que de ontem para hoje parte da imprensa mudou o seu editorial: pedem calma e tranquilidade. Isso é **muito bom**, parabéns imprensa brasileira. **É essencial que o equilíbrio e a verdade prevaleçam entre nós. O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará.** Nossa vida **tem que** continuar. Os empregos **devem** ser mantidos. O sustento das famílias **deve** ser preservado. **Devemos**, sim, voltar à normalidade.”

No fragmento acima, identificamos a modalização avaliativa na expressão **muito bom** e a modalização deôntica de obrigatoriedade pelos modalizadores: **Tem que, deve e devemos**. Relembrando que a modalização avaliativa, conforme pontua Nascimento (2006), indica uma avaliação da proposição por parte do locutor e permite que ele emita um juízo de valor, ao mesmo tempo que demonstra como quer que seu discurso seja interpretado. Ao utilizar-se da modalização avaliativa, JMB imprime um juízo de valor, deixando claro que, em seu discurso, o ideal é que a mídia acalme e tranquilize a população e não veicule notícias que amedrontem as pessoas. Para reforçar ainda mais essa ideia, JMB dá parabéns à imprensa brasileira pela mudança de postura nos últimos dias (depois que o pronunciamento foi feito) e o locutor emite uma crítica à imprensa de maneira velada, utilizando-se da ironia.

Nessa perspectiva, ao parabenizar a imprensa pela mudança de postura que adotou nos últimos dias, a intenção não é de elogiá-la, mas, sim, imprimir novamente a ideia de que a imprensa vinha assumindo uma conduta que, segundo JMB, estava completamente errada desde o início da pandemia, para, assim, novamente tentar responsabilizá-la pelo que ele chama de **histeria** e **pânico**, bem como legitimar seu posicionamento tendencioso, que consiste na recusa a aceitar os perigos e as consequências que são causadas pelo Coronavírus pela sua ingerência e de seus apoiadores.

Já os modalizadores deônticos de obrigatoriedade, como explica Nascimento (2010), expressam que o conteúdo da proposição que deve ocorrer obrigatoriamente e que o interlocutor deve obedecê-lo. A utilização desses modalizadores no fragmento acima demonstram um tom autoritário por parte de JMB, que tenta impor à sociedade a obrigação de continuar vivendo normalmente apesar da pandemia, porque, para ele, o mais importante é que os empregos sejam mantidos e que a economia não seja abalada. Então, apesar das mortes crescentes de forma vertiginosa e dos riscos iminentes de contaminação, os cidadãos têm por obrigação dar continuidade às suas vidas normalmente.

Em relação à técnica argumentativa, identificamos o tipo de argumentos que fundamentam a estrutura do real, mais especificamente os argumentos por ilustração. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), esses argumentos têm a função de reforçar a adesão a uma regra conhecida e aceita pela sociedade e ativar a imaginação dos interlocutores, para, assim, despertar emoções. Desse modo, o presidente faz uso dessa

técnica argumentativa para reforçar a ideia de que “**é essencial que o equilíbrio e a verdade prevaleçam entre nós**”, uma regra já conhecida e aceita pela sociedade, com o intuito de imprimir o efeito de sentido de que ele é um defensor desse preceito social. Isto é, que presa pelo equilíbrio e pela verdade.

Todavia, o comportamento de JMB, ao longo dos últimos dois anos, tem provado o contrário, tendo em vista que foi acusado várias vezes de propagar *Fake News* em seus perfis nas redes sociais *Twitter*, *Facebook* e *Instagram*, ou seja, em registros informais de comunicação. Teve, inclusive, publicações apagadas, por conta dessas empresas julgarem que os conteúdos por ele publicados causavam desinformação e provocavam danos reais às pessoas. Contudo, isso não intimidou o presidente, que prossegue propagando notícias falsas sobre a pandemia provocada pelo novo Coronavírus.

Considerações finais

Ao longo deste texto, buscamos não perder de vista a concepção de que a verdadeira substância da língua se constitui no fenômeno social e de interação entre os falantes. Por isso, evidenciamos os avanços no campo dos estudos linguísticos que possibilitaram o surgimento de novas abordagens de análises e imprimiram um novo olhar sobre a forma de se conceber o texto, o discurso e os gêneros. Também dedicamos uma atenção especial às principais características do gênero discursivo Pronunciamento presidencial/parlamentar, já que este foi escolhido como nosso objeto de análise. Através dos estudos aqui apresentados, podemos constatar que o gênero discursivo pronunciamento possui grande relevância como prática discursiva e retórica, pois, pelo seu caráter ideológico, ele permite que o locutor lance mão do expediente persuasivo para delegar decisões que definem o processo de legitimação, dominação e controle.

Também destacamos o percurso histórico da retórica da Nova Retórica, desenvolvida por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) e que, diferentemente da antiga retórica aristotélica, ela assume o compromisso de estruturar a retórica como uma teoria da argumentação, excedendo os limites do formalismo lógico, a fim de inserir os juízos de valor no escopo racional imputado nos estudos fora do discurso. Nessa direção, percebemos que, ao mesmo tempo em que busca descobrir quais tipos de argumentos os interlocutores de fato aderem e como ocorre o processo de aceitação por parte do público, o objetivo dessa teoria é o de ampliar os horizontes da racionalidade. Para tanto, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) desenvolveram um estudo sobre as técnicas argumentativas com o intuito de problematizar as múltiplas visões sobre as teses que são apresentadas a um certo público.

Com os modalizadores, verificamos que eles materializam o fenômeno de modalidade/modalização no discurso por meio de diferentes dispositivos estratégicos. Como discutimos até aqui, a modalização e a modalidade são fenômenos que se constituem como atos argumentativos na língua. Além disso, expressam uma avaliação ou ponto de vista em função da interlocução ou do interlocutor, porquanto demonstram sua avaliação em função do outro por meio de elementos metapragmáticos que são, em maior ou menor grau, afetados pelos moldes estruturais dos pensamentos e juízos de valor produzidos pelos sujeitos discursivos no construto social mediado pela cognição.

Em relação aos resultados obtidos nas análises aqui realizadas, no que diz respeito aos modalizadores e fenômeno de modalização/modalidade, encontramos em maior número a ocorrência de modalizadores deonticos de obrigatoriedade, que expressam um tom autoritário por parte do presidente. Na maioria das vezes, JMB faz uso desse tipo de modalização para declarar que a vida **deve** continuar e os empregos **devem** ser mantidos, tentando persuadir de forma autoritária as pessoas a não aderirem ao isolamento social e

todo procedimento necessário para evitar o contágio. Por outro lado, verificamos modalizadores do tipo avaliativo que, na maioria das vezes, o locutor faz uso para expressar um juízo de valor e legitimar o trabalho de pessoas do seu governo e de médicos e autoridades que apoiam o uso inconsequente da hidroxiclороquina e ivermectina para o tratamento precoce da Covid-19, ato levaram muitas pessoas a óbito.

Também identificamos, nos pronunciamentos analisados, os modalizadores epistêmicos asseverativos, que demonstram alto grau de engajamento por parte do locutor em relação ao conteúdo por ele enunciado e expressam uma certeza. No caso, esses modalizadores foram empregados por JMB para demonstrar que ele possui conhecimentos e informações sobre o avanço da pandemia no mundo, assim como para afirmar que não restam dúvidas de que objetivo maior do seu governo é salvar vidas, mesmo isso não correspondendo à verdade, como foi constatado através das provas apresentadas na análise em contra-argumento. Assim, o locutor também se utiliza desses modalizadores para tentar invalidar o trabalho da grande mídia, que vai na contramão do posicionamento negacionista e não científico por ele defendido.

Presentificam-se, nas análises, os modalizadores deônticos de proibição e possibilidade, cuja função é expressar autoridade por parte do locutor. Nesse caso específico, o deôntico de proibição é empregado por JMB para afirmar que, de maneira alguma, as medidas tomadas para evitar o contágio do novo Coronavírus podem causar mais danos do que a própria doença, pois prejuízos seriam explicitamente desencadeados pelo desemprego e pela fome. Mais uma vez, o presidente usa de recursos argumentativos para tentar convencer seus interlocutores de que o isolamento social não é uma medida adequada, pois pode causar muitos agravos no plano econômico. Isso demonstra que a preocupação real do presidente não é com a vida e com o sustento das famílias, mas, sim, em manter a economia do país em pleno vigor, embora nenhuma logística econômica fosse ou vem sendo adotada para minimizar os efeitos deletérios de uma política não bem-sucedida em seus poliformes aspectos.

Além disso, é tácito afirmar que, se existisse uma preocupação genuína por parte do presidente em preservar vidas, por exemplo, seu foco seria criar medidas humanitárias que garantissem o sustento da população sem que ela precisasse arriscar a própria vida. Entretanto, ao invés disso, tenta incessantemente convencer a população a voltar as suas atividades normais, mesmo sabendo que existe um risco iminente de as pessoas serem contaminadas e transmitirem a doença que, em muitos casos, pode ser letal. Ainda a respeito dos modalizadores, identificamos também os do tipo delimitador que foram utilizados para marcar o discurso e garantir seu prosseguimento de autoridade de que lhe é portador por assumir esse papel social.

No que se refere às técnicas argumentativas, os argumentos mais utilizados pelo presidente foram os argumentos quase lógicos, que se valem de esquemas formais para persuadir os interlocutores a encararem as teses defendidas como verdades absolutas, ou seja, sem pretensão à incontestabilidade. Essa técnica argumentativa foi empregada por JMB com a intenção de persuadir seus interlocutores a acreditarem que o governo está tomando todas as providências necessárias para combater o Coronavírus e, também, que o SUS estará preparado para receber e tratar todas as pessoas contaminadas, bem como para tentar enaltecer o seu governo e seu papel como chefe da nação comprometido com esse fim. Nesse contexto, JMB também se utiliza desse tipo de técnica argumentativa para fortalecer sua argumentação e validar seu posicionamento contra o isolamento social, o fechamento das escolas e outros setores públicos e/ou privados.

Como foram analisadas e apresentadas as teses defendidas por JMB, não há dúvida de que elas não correspondem à verdade, pois, em momento algum, a maior prioridade do seu governo foi/é salvar vidas e nem o SUS funcionou da forma como foi

descrita por ele. A maneira como o locutor se define, enquanto *ethos* nas passagens descritas nas análises, também é falaciosa, pois seu posicionamento não é de um chefe de Estado atento e sensível às necessidades e à dor da população. Pelo contrário, muitas vezes JMB tem gestos e práticas egoístas e desumanas, quando incentiva a automedicação que pode causar graves problemas à saúde ou até levar à morte, ou quando manipula as notícias sobre a pandemia, inclusive deixando pacientes que têm doenças como lúpus e malária, por exemplo, sem os medicamentos.

Referências

- ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. Introdução. In: ARISTÓTELES. **Retórica** – Volume III, Tomo I. Tradução, prefácio e introdução: Manoel Alexandre Júnior. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005. p. 09-84.
- ANDRADE, Benedita Vieira de. **A modalização como estratégia argumentativa em textos de vestibulandos**. 2008. 223 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- ARISTÓTELES. **Retórica** – Volume III, Tomo I. Tradução, prefácio e introdução: Manoel Alexandre Júnior. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005.
- ALVES, Alaôr Café. **Lógica: pensamento formal e argumentação**. Elementos para o discurso jurídico. São Paulo: Quartier Latin, 2009.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas: Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003
- BOLSONARO, Jair Messias (2018-2022). **Pronunciamentos do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia nacional de rádio e televisão – 24/03/20, 31/03/20 e 08/04/20**. GOV.BR/Planalto, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos>. Acesso em: 01 jun. 2021.
- CASTILHO, Ataliba; CASTILHO, Célia. Advérbios modalizadores. In: ILARI, R. (Org.). **Gramática do Português Falado**. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- CORACINI, M. José Rodrigues Faria. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da Ciência**. São Paulo: Educ; Campinas: Pontes, 1991.
- FIORIN, José Luiz. O pathos do enunciário. **Alfa - Revista de linguística**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 69-78, 2004.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e Linguagem**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- LYONS, John. **Semantic**. Cambridge University Press, 1977.
- LIMA, Marcos Aurélio de. **A retórica em Aristóteles: da orientação das paixões ao aprimoramento da eupraxia**. Natal: IFRN Editora, 2011.
- MEYER, Michel. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.
- NASCIMENTO, Erivaldo Pereira. A modalização deôntica e suas peculiaridades semântico-pragmáticas. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 30-45, jan.-jun., 2010.
- PAIVA, Claudia Gomes. Discurso parlamentar: uma proposta de sistematização. Biblioteca Digital Câmara. **Cadernos ASLEGIS**, v. 8, n. 30, p. 83-127, jan.-abr., 2007.

- PESSOA, Nadja Paulino. **Modalidade deôntica e persuasão no discurso publicitário**. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: A Nova Retórica**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PIRIS, Eduardo Lopes. **Ethos e gênero do discurso**. Revista Estudos Linguísticos: São Paulo, 2005.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RODRIGUES, Rosângela H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L., BONINI, A., MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005. p. 152-183.
- ROJO, Roxane Helena Rodrigues. Gêneros de discurso/texto como objeto de ensino de línguas: um retorno ao *trivium*? In: SIGNORINI, Inês (Org.). **[Re] discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola, 2008. p. 73-108.
- ROJO, Roxane Helena Rodrigues. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e Aplicadas. In: MEURER, J. L., BONINI, A., MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005.
- SANTOS, Sandra Maria de Carvalho. **Os modalizadores como estratégia semântico-argumentativa no gênero edital**. 2021. 77 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Ensino) – Universidade Federal da Paraíba – CCHL, João Pessoa.
- SANTOS, Maria Francisca Oliveira. A modalidade no discurso de sala de aula em contexto universitário. **Revista do GELNE**, v. 2, n. 2, 2000.
- SOUSA, Taize Borges; MALHEIRO, João Manoel da Silva. Análise das técnicas argumentativas da teoria da argumentação a partir da aprendizagem baseada em problemas em um curso de férias. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 21, p. 1-22, 2019.

Submetido em 10 de outubro de 2021.

Aprovado em 03 de dezembro de 2021.